

DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Eleições para a
Direção do Sinergia
ocorrem dia 23/02
Página 3



Representantes da
ANAPAR se reúnem com
Ministério da Saúde
Página 2



CELESC

PLR 2026: Primeira reunião entre Intercel e Celesc é realizada

NEGOCIAÇÕES DEVEM ENCERRAR ATÉ O FIM MARÇO DE 2026, DE ACORDO COM DIRETOR MOISÉS DIERSMANN



As negociações para o Acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2026 na Celesc tiveram início na última quinta-feira, 5 de fevereiro. Após os sindicatos da Intercel terem feito em dezembro de 2025 a solicitação para que as negociações iniciassem até o mês de janeiro de 2026, a diretoria da Celesc finalmente agendou e realizou o primeiro encontro. De acordo com o Diretor de Administração, Moisés Diersmann, a demora para a realização do encontro se deu em função das tratativas do PDI pela Diretoria da Celesc no início de 2026.

Uma das principais cobranças da Intercel já na abertura dos debates foi a construção de uma agenda de trabalho, com data prevista de término das negociações, para que não ocorra o mesmo que aconteceu em anos anteriores: negociações de Acordo Coletivo e de PLR concomitantes, correndo o risco de forçar que uma vire moeda de troca de outra. Pela agenda acordada com o Diretor de Administração, Moisés Diersmann, **as próximas reuniões para deba-**

ter o tema serão realizadas nos dias 5 e 26 de março. De acordo com o Diretor, essas duas rodadas serão suficientes para negociar o Acordo e chegar a um entendimento entre as partes. Como precaução, também foi pré-reservada a data de 9 de abril para uma reunião extra, mas somente em caso de necessidade.

Na parte da estrutura da PLR, o Diretor Moisés garantiu que a intenção da empresa é manter a mesma do ano passado, dividida em três partes: parcela base, parcela adicional e parcela lucro, sendo os percentuais de distribuição objeto de discussão para a próxima rodada. Além disso, também houve a garantia de que a parcela base será reajustada pelo INPC.

Na discussão de indicadores, os sindicatos da Intercel questionaram algumas metas em que os trabalhadores não têm gerência, como o indicador Conjuntos. O Diretor Moisés respondeu que esse tema será discutido em uma das próximas reuniões, com a presença de representantes

da Diretoria de Operações e Serviços.

Outras solicitações das entidades sindicais, como a distribuição da parcela lucro sem limitador, também serão discutidas nas rodadas de negociação seguintes, com a garantia do Diretor Moisés de que a Diretoria pretende avançar em uma das solicitações da parcela lucro.

Em função de possíveis ocorrências de eventos extraordinários, casos fortuitos ou de força maior, que interfiram significativamente no atingimento das metas dos indicadores, a Intercel também solicitou a possibilidade de interpor recursos e até de reuniões com a Diretoria para que a categoria não tenha prejuízos em função disso. O tema também retornará nas reuniões previstas para o mês de março.

Por fim, outro pedido feito pelos sindicatos é a antecipação das negociações do próximo Acordo de PLR (2027), para que novamente não corra o risco de adentrar boa parte do primeiro semestre de 2027 com negociação pendente. Nesse ponto, o Diretor respondeu que o seu desejo também é de antecipar as negociações e conseguir fechá-las já no início de 2027.

De acordo com o Coordenador da Intercel, Ailton Communello, "tivemos uma boa reunião e com alguns compromissos importantes firmados pelo Diretor Moisés Diersmann". Communello cita, entre esses compromissos, "a construção de um calendário de negociação com três reuniões já agendadas, a manutenção da estrutura atual do nosso Acordo Coletivo de PLR, ou seja, as três parcelas se mantêm. Outro compromisso extremamente importante foi a reposição pelo INPC da inflação e o outro compromisso que julgamos fundamental foi que vamos partir de onde estamos na PLR, dali para cima".

Por fim, Communello pede que a categoria siga mobilizada e atenta aos Boletins e vídeos nas redes sociais da Intercel.

Reunião de CRH

A reunião do Comitê de Recursos Humanos (CRH) foi realizada na mesma data na Celesc. Os assuntos debatidos serão levados pelos dirigentes sindicais de cada base aos trabalhadores que solicitaram cada um dos temas tratados.

Demissão em massa na AXS Energia?

Após negociação de Acordo Coletivo com resultado positivo, empresa força trabalhadores a mudarem de CNPJ para manterem seus empregos

A Direção da AXS Energia chamou o Sinergia na semana passada para uma reunião. O objetivo era comunicar o sindicato que parte de seus trabalhadores seriam demitidos do CNPJ da AXS e passariam a trabalhar em outro CNPJ. A empresa, que recém renovou o Acordo Coletivo com avanços aos trabalhadores, já vinha dando indícios de que passaria por mudanças. Alguns empregados questionaram o sindicato sobre uma possível realocação de algumas áreas da empresa durante as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho, no mês passado. Ao questionar o RH da AXS, o Sinergia foi informado de que as áreas de atendimento comercial seriam realocadas em outro endereço, e só.

Uma semana após a assinatura do Acordo Coletivo 2026, a Diretoria da AXS solicitou ao Sinergia a realização de uma reunião, com a pauta enigmática de "mudança da estrutura" da companhia. Na reunião, em 3 de fevereiro, o Sinergia foi surpreendido com a informação de que **57 dos quase 170 empregados teriam que mudar de empresa (CNPJ) e de endereço de local de trabalho caso quisessem permanecer empregadas**. E que a AXS não garantiria os mesmos direitos recém confirmados em Acordo Coletivo a estes trabalhadores - ou seja, o trabalhador ou a trabalhadora que não aceitasse a mudança de empresa, de local de trabalho e a retirada de direitos conquistados no Acordo Coletivo, estaria no olho da rua. **O sindicato foi informado do fato no mesmo dia em que os trabalhadores receberam o aviso prévio**.

O que surpreende os dirigentes sindicais é o fato de a empresa não

ter comentado absolutamente nada sobre isso nos dez dias anteriores, quando ainda estavam em negociação do Acordo com o Sinergia. Afinal, uma decisão desse tamanho, de desligar 57 trabalhadores da companhia, não é realizada do dia para a noite.

A AXS já passou por outra situação **suspeita** no ano passado, quando um trabalhador decidiu se filiar ao sindicato e, poucos dias depois, foi demitido. Seria apenas coincidência a demissão do primeiro trabalhador da empresa a filiar-se ao sindicato? Seria um recado aos demais trabalhadores para que não se aproximassem da entidade sindical?

Outra situação que chama a atenção é o fato de a empresa, em mesa de negociação, dizer que os trabalhadores têm uma série de liberdades, como a possibilidade de solicitar o dia do aniversário como folga - que os trabalhadores teriam essa liberdade de diálogo com suas chefias - e, em conversa com o Linha Viva em condição de anonimato, ao menos dois trabalhadores afirmaram que **essa liberdade não existe**.

Não custa lembrar, por fim, que a AXS é uma das poucas empresas do setor na Grande Florianópolis que ainda pratica a extenuante jornada de 44h semanais e **paga o menor vale alimentação** da região na categoria. O Sinergia está preocupado com a situação dos trabalhadores e se reunirá ainda nessa semana com o Jurídico para buscar as medidas cabíveis para resguardar os direitos da categoria. Demissão em massa não pode ser realizada da forma como a AXS vem fazendo - sem qualquer negociação prévia com o sindicato - e, se não for possível o diálogo, as medidas judiciais necessárias serão tomadas.

Anapar discute fortalecimento das autogestões em saúde em reunião com o Ministério da Saúde

A diretoria da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e de Autogestão em Saúde (Anapar) reuniu-se com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e com o subsecretário de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, Sinval Alan Ferreira Silva, para tratar de pautas estratégicas relacionadas à defesa e ao fortalecimento das entidades de autogestão em saúde.

Participaram do encontro o presidente da Anapar, Marcel Barros; o vice-presidente, Dionísio Reis; a diretora de Saúde Suplementar, Caroline Heidner; e o diretor de Imprensa e Divulgação, Leandro Nunes da Silva - que também é o Diretor Administrativo-Financeiro da Celos.

Durante a reunião, a Anapar apresentou preocupações centrais do segmento, com destaque para os riscos de enfraquecimento das autogestões, a retirada de patrocínios por parte de algumas patrocinadoras e as tentativas de transferência desses planos para o mercado privado, em experiências já observadas em outros setores. A entidade também defendeu a necessidade de fortalecer o sistema como um todo, com a criação de condições regulatórias específicas e maior proteção institucional às autogestões.

Um dos encaminhamentos definidos foi a articulação de uma reunião com o deputado federal Domingos Neto (PSD/CE), relator

do Projeto de Lei nº 7.419/2006, que trata do Código de Defesa do Consumidor. O objetivo é dialogar para garantir que as autogestões em saúde sejam adequadamente enquadradas, respeitando suas especificidades, distintas das operadoras de mercado, no âmbito da legislação de defesa do consumidor.

Outro ponto acordado foi a interlocução com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O ministro indicou a importância de uma agenda com o superintendente da ANS, Wadih Damous, ou em instâncias do conselho ministerial, para aprofundar o debate sobre o fortalecimento das autogestões e o aprimoramento do modelo regulatório e fiscalizador do setor.

O subsecretário Sinval Alan Ferreira Silva ficou encarregado de atuar como intermediador institucional para viabilizar os diálogos e as agendas propostas. Segundo a Anapar, o encontro foi positivo e reforçou a abertura do Ministério da Saúde para ouvir as entidades representativas e construir soluções que assegurem a sustentabilidade das autogestões e a proteção dos direitos dos participantes.

A Anapar seguirá acompanhando de perto os encaminhamentos definidos na reunião e atuando de forma permanente na defesa das autogestões em saúde. O compromisso da entidade é com a preservação de um modelo que cuida de pessoas, garante acesso à assistência de qualidade e oferece segurança a trabalhadores, aposentados e seus familiares, contribuindo para um sistema de saúde suplementar mais justo, sustentável e alinhado ao interesse coletivo.

Com informações da ANAPAR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - SINERGIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCA** todos os associados da sua base territorial para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a realizar-se no dia **19/02/2026 (quinta-feira)**, às **17h30min.**, em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às **18h00min.**, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, a realizar-se no auditório do SINERGIA sito à **Rua Lacerda Coutinho, nº 149 - Centro - Florianópolis/SC**, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- 01 - Informes;
- 02 - Prestação de contas 2025.

Florianópolis, 09 de fevereiro de 2026.

Tiago Bitencourt Vergara
Coordenador Geral do Sinergia

Assembleias aprovam PDI na Celesc

As Assembleias realizadas pelos sindicatos da Intercel na semana passada em todas as regiões do estado aprovaram a proposta da Celesc para o Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2028, que trata do termo de quitação para saídas no PDI - Plano de Desligamento Incentivado.

Antes de ser colocado para votação pela categoria, os sindicatos elucidaram as dúvidas dos trabalhadores e das trabalhadoras presentes. Cabe reiterar que **os sindicatos não negociaram as regras do PDI com a empresa**. Pelo Plano aprovado, cerca de 300 trabalhadores da categoria estão aptos a sair no PDI no dia 28 de fevereiro. A empresa se comprometeu em reunião no Conselho de Administração a repor 100% dos eletricitistas que optarem pela saída no Plano.

A diretoria da Celesc já foi comunicada do resultado das Assembleias em todo o estado.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Eleições para Diretoria do Sinergia serão realizadas no dia 23 de fevereiro

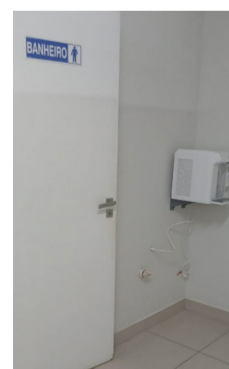
As eleições para a Diretoria do Sinergia serão realizadas no dia 23, **segunda-feira após o Carnaval**. Conforme já divulgado em edições anteriores do jornal Linha Viva, o edital prevê que **estão aptos a votar as pessoas trabalhadoras da Engie, Cerej, Celesc e Axia Energia filiadas ao sindicato até o dia 23 de dezembro de 2025** - dois meses antes do pleito. Os locais de trabalho e horários em que as urnas fixas e volantes estarão no dia 23 você pode conferir na edição 1678 do jornal Linha Viva (de 8 de janeiro de 2026), no site do Sinergia (www.sinergia.org.br) e no site do Linha Viva (www.linhaviva.org.br). Apenas uma chapa se inscreveu para concorrer ao pleito.

Alimentos aumentam em 24 capitais

O DIEESE e a CONAB divulgaram na segunda-feira, dia 09, os dados de janeiro da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. O valor do conjunto dos alimentos básicos aumentou em 24 das 27 capitais pesquisadas. As cestas mais caras foram verificadas em São Paulo (R\$ 854,37) e Rio de Janeiro (R\$ 817,60). As mais baratas em Aracaju (R\$ 552,65) e Maceió (R\$ 592,83). Em janeiro, o salário mínimo necessário deveria ter sido R\$ 7.177,57. O valor é 4,43 vezes o mínimo reajustado em R\$ 1.621,00. Mensalmente, o DIEESE estima o salário mínimo necessário com base no valor da cesta básica mais cara e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e de sua família (quatro pessoas, sendo dois adultos e duas crianças que equivalem a um adulto) com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

Bebedouro da discórdia

Na loja da Celesc em São José, que tem apresentado filas enormes diariamente (conforme foto ao lado), por conta dos problemas do sistema Conecte, agora, os trabalhadores têm **mais um problema para se preocupar**. Foi solicitado pelos empregados um bebedouro, mas o local de sua instalação não foi dialogado com os atendentes. Resultado: o bebedouro foi instalado muito perto da porta dos banheiros, local que apresenta mal cheiro. Além disso, com frequência, desde a sua instalação, poucas semanas atrás, atendentes relatam que há vazamento de água do bebedouro para o chão e que há crianças que mexem no bebedouro, fazendo com que vaze a água. **Além de dar conta de resolver as demandas dos clientes e atendê-los com agilidade, os atendentes também precisam ficar de olho no bebedouro, se não está sendo manuseado de forma equivocada**.



O que muda com a EC 138/25 e por que isso importa para os celesquianos?

Mudança na Constituição afeta servidores públicos e empregados de empresas públicas e de economia mista

O Congresso Nacional promulgou em 19 de dezembro de 2025 a Emenda Constitucional nº 138/2025, que altera **regras sobre a acumulação de cargos públicos na Constituição Federal**. A norma entrou em vigor imediatamente após sua publicação no Diário Oficial da União.

Até então, o texto da Constituição, em seu artigo 37, já permitia a acumulação de dois cargos de professor ou um cargo público de professor com outro de natureza técnica ou científica. Contudo, essa possibilidade gerava **insegurança jurídica no serviço público**, pois a definição de "natureza técnica ou científica" era alvo de interpretações e disputas administrativas e judiciais.

O que a EC 138/2025 alterou

A principal mudança promovida pela EC 138 foi ampliar a possibilidade de acumulação remunerada, permitindo que **um servidor professor possa acumular seu cargo de magistério com outro cargo público de qualquer natureza, desde**



que haja compatibilidade de horário e observância do teto remuneratório constitucional.

Dessa forma, trabalhadores de nível médio da Celesc, como atendentes comerciais ou assistentes administrativos, apenas para citar dois exemplos, agora podem acumular sua função na estatal com um cargo de professor na rede pública.

De acordo com o Palácio do Planalto, a principal consequência imediata da mudança é a retirada da insegurança jurídica que muitos servidores docentes enfrentavam ao tentar acumular funções públicas. Antes, a definição de "técnico ou científico" dependia de interpretação administrativa ou judicial, com risco de indeferimento ou litígio. A nova redação simplifica e torna mais objetiva essa possibilidade.

Embora a EC 138/2025 não tenha impacto direto sobre vínculos de trabalhadores celetistas ou contratos regidos pela CLT em empresas públicas, sua aprovação ocorre num momento de pressões significativas sobre o serviço público e direitos trabalhistas, especialmente no setor elétrico catarinense, com pressões reiteradas do setor privado pela privatização da Celesc.

Com informações do Palácio do Planalto

Assembleias fortalecem a unidade rumo à campanha salarial 2026-2028

Entrega da Pauta à empresa está programada para ocorrer ainda nessa semana

Os sindicatos que compõem a Intersul realizaram, nos dias 9 e 10 de fevereiro, assembleias com as trabalhadoras e trabalhadores da Eletrobras Axia Energia Sul, aprovando a pré-pauta de reivindicações que dará base à campanha salarial 2026-2028.

O movimento faz parte do calendário nacional do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), que, entre os dias 6 e 10 de fevereiro, mobilizou mais de 30 sindicatos em todo o País.

A Intersul, que reúne sindicatos dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Paraná, reforça que esse é um momento fundamental para a unidade da ca-

tegoria. As assembleias mostraram disposição de luta e compromisso com a reconstrução de direitos, a valorização de trabalhadores e trabalhadoras e a defesa do papel público e estratégico do setor elétrico.

As propostas aprovadas estão sendo sistematizadas e serão entregues à empresa no dia 13 de fevereiro - nessa sexta-feira -, abrindo oficialmente o processo de negociação coletiva. Os sindicatos da Intersul convocam todas e todos a permanecerem atentos ao calendário de mobilização e às próximas etapas da campanha, porque só com participação ativa e unidade será possível avançar nas conquistas da categoria.

Carnaval sem assédio!

O Ministério Público do Trabalho (MPT) está intensificando, nesse período que antecede o Carnaval, a divulgação de vídeos e materiais informativos nas redes sociais para combater o assédio e a violência contra mulheres. A ação faz parte do Pacto "Ninguém se Cala", criado em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo, sindicatos e entidades da sociedade civil.

A campanha reforça que **o assédio sexual e a importunação são crimes e que mulheres têm direito à segurança em espaços de lazer e trabalho, especialmente durante o Carnaval**. Os materiais trazem orientações práticas baseadas no cuidado coletivo, destacando intervenções seguras e não confrontacionais, além de incentivar a denúncia por meio de canais como o MPT e a Ouvidoria das Mulheres do MP, entendida como uma forma de proteção e prevenção de novas violências. Com a divulgação dos vídeos durante o Carnaval, o MPT reforça que assédio é crime e que o combate à violência de gênero depende da informação, da mobilização social e da atuação coletiva.

Outros Carnavais servem de inspiração para exposição inédita em Florianópolis

Sttar apresenta série de pinturas em “Folia dos Seres”, que abriu dia 10 de fevereiro na Galeria Lama

O carnaval, entendido não apenas como festa, mas como território simbólico, político e imaginário, é o ponto de partida de “Folia dos Seres”,



exposição inédita do artista Sttar que abre na terça-feira, dia 10 de fevereiro, na Galeria Lama, no Centro de Florianópolis. Com entrada gratuita, a abertura será a partir das 19h.

Com curadoria assinada por Jazz Rafaela, a individual reúne cerca de 20 obras, entre pinturas revisitadas e criações inéditas, e propõe ao público um mergulho em outros carnavais: aqueles que se constroem na memória, na fabulação e na reinvenção constante do corpo e da identidade.

Ao longo do percurso expositivo, Sttar constrói um imaginário povoado por seres híbridos, figuras em trânsito e estados de celebração que escapam ao literal. Em suas composi-

ções, o Carnaval aparece como linguagem e como suspensão do tempo, um espaço onde o excesso se torna gesto poético, o riso opera como resistência e a fantasia abre brechas para imaginar mundos possíveis.

Para a mostra “Folia dos Seres”, o artista revisita obras produzidas em diferentes momentos de sua trajetória, ativando nelas a memória de carnavais passados, enquanto as peças inéditas respondem ao presente e às urgências do agora. O encontro entre essas temporalidades cria uma atmosfera em que o ciclo da festa se repete, mas nunca se repete igual, reafirmando o caráter mutante e inventivo da folia.

“Minha primeira individual na Galeria Lama é um encontro: com carnavais que me atravessaram, com seres do meu imaginário e com o público, convidado a celebrar a liberdade do carnaval. Coloquem as máscaras e soltem a Folia dos Seres”, convida Sttar.

A exposição, que busca propor um espaço de encontro entre arte contemporânea e imaginários populares, entre o ritual coletivo do carnaval e a experiência íntima da criação artística, poderá ser visitada gratuitamente até 7 de março, de

quarta a sábado, das 18h às 00h, na Galeria Lama, localizada na Rua João Pinto, 198 ou na Rua Antônio (Nico) Luz, 159, no Centro de Florianópolis.

Sobre o artista

Sttar é um artista natural de Belém do Pará radicado há quase uma década em Florianópolis. Aos 18 anos iniciou



seus estudos em teatro. Teve aulas de canto, canto coral e teatro na Fundação Curro Velho. Formou-se nos cursos de cenografia e ator pela Universidade Federal do Pará (UFPA) onde também conheceu seu grupo de teatro, o Coletivo Dirigível, que lhe proporcionou conhecer Florianópolis e diversas regiões brasileiras através da turnê pelo Prêmio Funarte de Teatro Myriam (2015). No momento vem construindo sua história como multiartista dedicando o seu tempo entre a música, seu trabalho como ator e as artes visuais.

Exposição “A liberdade é terapêutica: 35 anos de SUS – Do Holocausto Brasileiro ao Programa de Volta para Casa”

Segue para visita até o dia 13 de março no Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina (MIS/SC), espaço administrado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) no Centro Integrado de Cultura (CIC), em Florianópolis, a exposição “A liberdade é terapêutica: 35 anos de SUS – Do Holocausto Brasileiro ao Programa de Volta para Casa”.

A exposição, que é uma realização do Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz, apresenta um conjunto de fotografias realizadas por Radilson Carlos Gomes, fotógrafo documental e pesquisador da imagem, reconhecido por seu trabalho de longa duração voltado à defesa dos direitos humanos, da memória social e das políticas públicas de saúde mental no Brasil. Desde 2007, Radilson acompanha a trajetória de pessoas egressas do Hospital Colônia de Barbacena (MG), cenário do episódio histórico conhecido como Holocausto Brasileiro, produzindo um acervo que se tornou referência nacional sobre o processo de desinstitucionalização manicomial no país.

Ao longo de 17 anos, documentou a vida cotidiana das Residências Terapêuticas, produziu retratos, registrou depoimentos manuscritos e acompanhou o impacto do Programa de Volta para Casa, instituído em 2003 pelo Ministério da Saúde. Seu trabalho destaca-se pela permanência, pelo vínculo estabelecido com a comunidade e pelo olhar sensível que revela dignidade, autonomia e reconstrução de identidade. Suas imagens integram pesquisas, livros, exposições e projetos audiovisuais, incluindo parcerias com a Fiocruz.

As imagens, produzidas entre 2007 e 2024, documentam a passagem da realidade manicomial para a vida em liberdade, evidenciando o papel fundamental desempenhado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na reconstrução da autonomia, cidadania e dignidade dessas pessoas. A mostra destaca como o SUS, em seus 35 anos, consolidou uma das maiores e mais avançadas redes de saúde mental do mundo, reconhecida internacionalmente por promover cuidado integral e territorial, com foco na liberdade, na inclusão e nos direitos humanos.

Parte central desse processo é o Programa de Volta para Casa, política pública instituída pela Lei Federal nº 10.708/2003, que oferece auxílio-reabilitação psicossocial a pessoas que

passaram por longas internações psiquiátricas. Considerado um dos programas mais emblemáticos do SUS, ele viabiliza a transição para uma vida comunitária, reduz violações históricas e sustenta a desinstitucionalização manicomial no país.

A mostra é organizada em três atos narrativos, que revelam a transformação social, institucional e humana possibilitada por essas políticas:

Ato I – O Holocausto Brasileiro (2007):

- Vestígios da violência manicomial e o imperativo ético da Reforma Psiquiátrica.

Ato II – A Travessia (2007–2017):

- A desinstitucionalização em curso e a implantação do Programa de Volta para Casa.

Ato III – A Liberdade como Terapêutica (pós-2017):

- A vida cotidiana em liberdade: afeto, autonomia, pertencimento e cidadania.

Ao longo de duas décadas, o Programa de Volta para Casa já beneficiou mais de 8 mil pessoas, com aproximadamente 4 mil beneficiários ativos, além de estimular a criação de 870 Residências Terapêuticas em todo o território nacional. Seu impacto é reconhecido como uma das maiores conquistas do SUS no campo da saúde mental, simbolizando a transição definitiva do modelo manicomial para uma política de cuidado centrada na liberdade, na dignidade e no direito à vida comunitária.

Serviço:

O quê: Exposição “A liberdade é terapêutica: 35 anos de SUS – Do Holocausto Brasileiro ao Programa de Volta para Casa”

Visitação: até 13 de março de 2026.

Local: Centro Integrado de Cultura (CIC)

Av. Gov. Irineu Bornhausen, 5600, Agrônoma, Florianópolis – SC

Realização: Ministério da Saúde e Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz - Entrada gratuita

Foto: Radilson Carlos Gomes

